

# BOLETIM DA REDE

☎ (31) 3226-3142

📌 @sindrede

📷 @sindredebh

🌐 [sindrede.org.br](http://sindrede.org.br)

Uma publicação do Sind-REDE/BH



**CONTRATAÇÃO DE**

**PROFESSOR VIA PSS**

**É DESTRUIR A EDUCAÇÃO!**

## EDITORIAL

Contratação via PSS: mais uma jogada rumo a terceirização e privatização da educação pública

**pág. A 2**

## CATEGORIA

Contratação de professor via processo seletivo é destruir a educação

**pág. A 4**

## CATEGORIA

Ações dos governos no campo da educação vão contra as políticas estabelecidas pelo PNE

**pág. A 5**

# CONTRATAÇÃO VIA PSS: MAIS UMA JOGADA RUMO À TERCEIRIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA



**N**o tabuleiro da Educação Pública Municipal de Belo Horizonte, o novo secretário de Educação, Charles Martins, prepara uma jogada perigosa. Ao mesmo tempo que demonstra abertura para o diálogo com trabalhadores e o Sindicato, em uma postura claramente antagônica a sua antecessora, Martins tem como carro chefe de suas propostas uma modificação na Lei Orgânica do Município que permitirá que a terceirização e a privatização avancem como “peões” vorazes em nossa Rede: a contratação de professores temporários por meio de Processos Seletivos Simplificados (PSS)

Mas o secretário é habilidoso em sua jogada, apresentando-a como uma solução emergencial para a expansão de vagas e a reposição de um quadro de trabalhadores defasado pela falta de concursos. O que Charles não revela é que essa prática acaba por terceirizar a atividade docente, trazendo consigo uma série de consequências prejudiciais para os professores, estudantes e a comunidade escolar como um todo.

Os professores contratados por PSS frequentemente enfrentam uma situação desfavorável, recebendo salários inferiores

aos seus colegas efetivos. Essa disparidade salarial cria um referencial de remuneração mais baixo, precarizando a carreira e desvalorizando a importância da profissão docente. Além disso, essa prática pode resultar na diminuição da quantidade de nomeações e realização de concursos, uma vez que o Estado busca reduzir custos. Essa realidade é uma afronta aos professores, que merecem reconhecimento e condições dignas de trabalho.

No entanto, o impacto não se limita aos professores. A contratação de profissionais temporários é prejudicial para a comunidade escolar como um todo. A rotatividade de profissionais nas escolas é uma consequência direta dessa prática, dificultando a criação de vínculos profundos entre os educadores, estudantes, pais e demais trabalhadores. A estabilidade e a continuidade são essenciais para construir um ambiente de aprendizagem saudável e acolhedor, onde todos se sintam parte de uma equipe unida em prol da educação.

Nessa partida desigual, o governo municipal faz mais uma jogada em direção a mercantilização da educação. Ângela Dalben, já

havia trilhado esse caminho ao aprofundar as parcerias com OSCs e sistemas de ensino privados, uma tática ardilosa que desvia a responsabilidade do Estado, reduz a autonomia docente, aumentando a participação privada nas decisões que norteiam a educação e joga para escanteio a qualidade e os direitos dos estudantes e dos trabalhadores em educação.

A falta de rigor para o direcionamento dos recursos da educação, utilizados para aquisição de materiais não solicitados e sem qualquer critério de qualidade e reformas de praças e campinhos de bairros, enquanto os trabalhadores em educação continuam sendo desvalorizados, com salários abaixo do Piso, reajustes desiguais para aposentados e desmontes na carreira.

Não podemos permitir que a educação se torne uma peça descartável nesse tabuleiro de interesses econômicos. É preciso reafirmar o compromisso com uma educação 100% pública, de qualidade, com trabalhadores concursados e valorizados. Por isso precisamos dar um “xeque-mate” na proposta de contratação via PSS que representa mais um ataque à carreira e a valorização dos trabalhadores em educação.

## EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte  
 Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro Belo Horizonte - MG, 30180-000 | +55 (31) 3226-3142 | www.sindrede.org.br

### • DIRETORIA COLEGIADA

**Departamento Administrativo Financeiro**  
 Pedro Valadares, Thiago Douglas, Andrea Carla, Luiz Carlos.

**Departamento de Comunicação e Imprensa**  
 Carolina Pasqualini, Diego Miranda, Flávia Silvestre, Cristiane Nunes.

**Departamento Jurídico**  
 Helbert Marconi, Neide da Silva, Adriana Cristina, Sandra Maria.

**Departamento de Formação Pedagógica e Sindical**  
 Diana de Cássia, Fábio Liberato, Paulo Henrique, Cristiane Nunes.

**Departamento Saúde do Trabalhador**  
 Raquel Pereira, Bárbara Mendes, Paulo Henrique.

**Departamento Previdência e Aposentados**  
 Wanderson Paiva, Luiz Carlos, Sandra Maria.

**Departamento Cultural**  
 Erika da Silva, Maria do Carmo, Bárbara Guimarães, Luciana de Souza.

**Departamento Organização e Infraestrutura**  
 Carolina Pasqualini, Reinaldo Felício, Tatiane Ferreira.

**Departamento Políticas Sociais**  
 Maria do Carmo, Diana de Cássia.

### • IMPRENSA

**Jornalista Responsável:**  
 Diego Franco David  
 (Mtb 20555/MG)

**Revisão:**  
 Diego Franco David  
 Jadilson Rodrigues

**Projeto Gráfico e Diagramação:**  
 Natalino Ferreira

**Impressão:** Sempre Editora

**Tiragem:** 6.000

## QUAL ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA PELO GOVERNO LULA?

O presidente Lula sancionou no dia 31 de julho o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640. O Programa disponibiliza um orçamento inicial de R\$ 4 bilhões, para que estados e municípios possam ampliar as matrículas em tempo integral em suas redes. Segundo informações do governo, o objetivo é fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Apesar dessa política teoricamente ser norteada por diretrizes que impõe, por exemplo, “melhorar a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral de bebês, crianças e adolescentes” a verba destinada aos municípios que aderirem ao programa não pressupõe a participação do professor concursado nessa construção. A ampliação, incentivada pelo governo Lula, será realizada da mesma forma que em governos anteriores, precarizando o atendimento dos alunos das escolas públicas que deixam

de ter acesso ao conhecimento formal.

Esse programa parte da lógica de que a escola é lugar de contenção social e não de produção do conhecimento. Esse conceito, em que o professor é substituído por outros atores e, muitas vezes, por OSC's, oferece aos filhos da classe trabalhadora uma educação que dispensa os conteúdos escolares e aprofunda a desigualdade entre o povo trabalhador e aqueles que têm a possibilidade de pagar por uma educação particular.

Educação Integral não deveria se tratar apenas de garantir alunos na escola durante todo o dia, mas sim de garantir uma educação plural; baseados nos conhecimentos historicamente construídos; com professores formados e concursados, cujos vínculos escolares aliados ao conhecimento que a própria formação impõe, seja capaz de realmente garantir a melhoria da educação pública, a qualidade do ensino e a diminuição da desigualdade.

## MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL É MAIS UM ATAQUE À EDUCAÇÃO

O projeto Mãos Dadas, do governo Zema (Novo), visa fazer a municipalização de todas as escolas estaduais que oferecem o ensino fundamental em Minas Gerais. O objetivo de Zema é reduzir cada vez mais a sua responsabilidade sobre a educação, aplicando uma política de redução do estado, sem se importar se, de fato, os municípios terão recursos financeiros para assumir essas escolas.

Caso BH participe do Programa, isso acarretará no aumento de 55,9% no total de alunos atendidos no ensino fundamental da Rede. Segundo um estudo realizado pelo Dieese, a tendência é que o valor investido em cada aluno da Rede caia cerca de 25,3%. O Sind-REDE/BH já enviou ofício solicitando informações à PBH, mas não foi respondido. O que se sabe é que pelo menos três escolas já estão sendo avaliadas.

## NOVO ENSINO MÉDIO: ENTRE AVANÇOS E RESISTÊNCIAS

*O MEC apresentou uma proposta de reformulação do NEM, mas entidades do setor continuam na luta pela sua revogação.*

O Novo Ensino Médio (NEM), que teve sua implementação iniciada em 2021, continua gerando debates e análises por parte dos movimentos da educação, sindicatos, entidades estudantis e trabalhadores da educação. Estes grupos permanecem na luta pela revogação das mudanças aplicadas nesta etapa da educação básica, enquanto o Ministro da Educação do governo Lula, Camilo Santana, insiste na proposta de aprimoramento do programa.

O Ministério da Educação promoveu uma consulta pública sobre o tema que foi encerrada no dia 6 de julho. A partir dessa consulta, o MEC apresentou no dia 07 de agosto, a sua proposta de reformulação do programa, que conta com o aumento na carga horária da formação básica e redução nos itinerários formativos, também foi excluído o Ensino a Distância da formação geral básica.

O documento apresentado será encaminhado para apreciação do setor educacional e dos órgãos normativos. Os órgãos vão ter até o dia 21 de agosto para enviar suas considerações. Depois, o MEC vai consolidar as propostas na versão final do relatório que será apreciado pelo Congresso Nacional.

Mesmo com alguns avanços em relação à proposta anterior, a revogação do Novo Ensino Médio tem sido uma forte reivindicação de entidades do setor e de muitos especialistas.

**No dia 11 de agosto, haverá um ato nacional pela revogação do NEM. Em Belo Horizonte o ato acontece às 17h, na Praça Sete.**



SEMINÁRIO DELIBERATIVO

**CARREIRA DA EDUCAÇÃO  
NA REDE MUNICIPAL DE  
BELO HORIZONTE - 2024**

**INSCRIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES  
PRORROGADAS ATÉ 20/08**

**23  
24  
AGO**

Mais informações  
escaneie o código QR:



ou acesse: [sindrede.org.br](http://sindrede.org.br)

## CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR VIA PROCESSO SELETIVO É DESTRUIR A EDUCAÇÃO

*Sind-REDE defende nomeações e realização de novos concursos para o preenchimento do quadro*

Em reunião com o Sind-REDE/BH, no dia 01/08, o secretário de Educação Charles Martins apresentou a proposta de minuta para realização de Processo Seletivo Simplificado para docentes na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, o esboço da minuta foi encaminhado para o Sindicato na semana anterior.

A minuta prevê uma mudança na Lei Orgânica do Município e no estatuto do servidor para viabilizar a contratação temporária de professores. Charles afirma que a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte é a única do país que não possui professores substitutos e que isso traz um engessamento para o setor. Segundo o secretário, não é possível manter um quadro 100% completo de trabalhadores efetivos o tempo todo, mesmo que sejam realizados concursos todos os anos. O secretário pondera que se a contratação temporária de trabalhadores seguir critérios bem definidos pela lei, esses trabalhadores podem ser utilizados para a expansão de vagas e substituição de professores licenciados até que se abram mais vagas.

Na reunião, a diretoria reafirmou a sua posição contrária à contratação de professores de forma precarizada, pois a categoria

tem diversas deliberações nesse sentido. O secretário, então, sustentou que o projeto será enviado à Câmara Municipal, mesmo sem o aval do Sindicato e frisou que quem irá decidir serão os vereadores.

As experiências de outras redes com contratações sob o regime de PSS, invariavelmente, as conduziu à precarização da atividade docente, da educação e do serviço público.

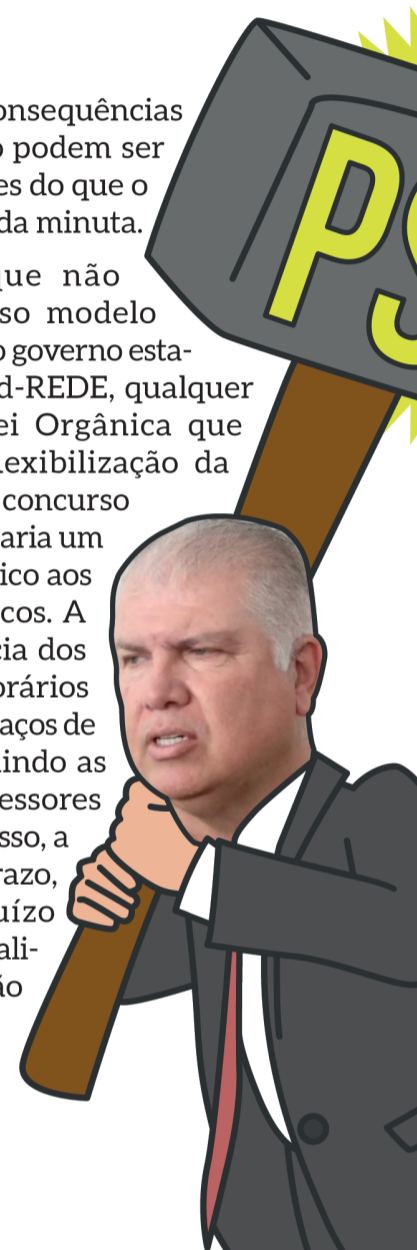
No Paraná, por exemplo, além de representar uma precarização do trabalho, o PSS tem aumentado a rotatividade de trabalhadores nas escolas, o que impossibilita o aprofundamento do vínculo dos professores com os estudantes e a comunidade escolar.

A experiência da Rede Estadual de Minas Gerais também é grave. As designações e contratos temporários têm sido a regra há décadas, mesmo em cargos que não há vacância, ou seja, não há sequer temporariedade. Com cerca de 80 mil trabalhadores "temporários", o Estado acaba segurando ainda mais as nomeações dos professores já aprovados nos concursos.

Como o Projeto ainda precisará passar pela apreciação da Câmara e considerando o perfil conservador e pró-privatização dos

vereadores, as consequências para a Educação podem ser ainda mais graves do que o conteúdo inicial da minuta.

Mas mesmo que não siga o desastroso modelo de designações do governo estadual, para o Sind-REDE, qualquer alteração na Lei Orgânica que permita uma flexibilização da contratação sem concurso público representaria um retrocesso histórico aos servidores públicos. A simples existência dos contratos temporários ocupariam os espaços de vacância, impedindo as dobras dos professores efetivos. Além disso, a curto e médio prazo, seria um prejuízo imenso para a qualidade da educação no município.



## PROBLEMAS GERADOS PELA CONTRATAÇÃO V



### PRECARIZAÇÃO DOS VÍNCULOS TRABALHISTAS

Aumento do assédio.  
Exploração nas escolas.



### RELAÇÃO CONCURSADOS X TEMPORÁRIOS

Pressiona os salários pra baixo.  
Reduz a pressão por novas nomeações e concursos.

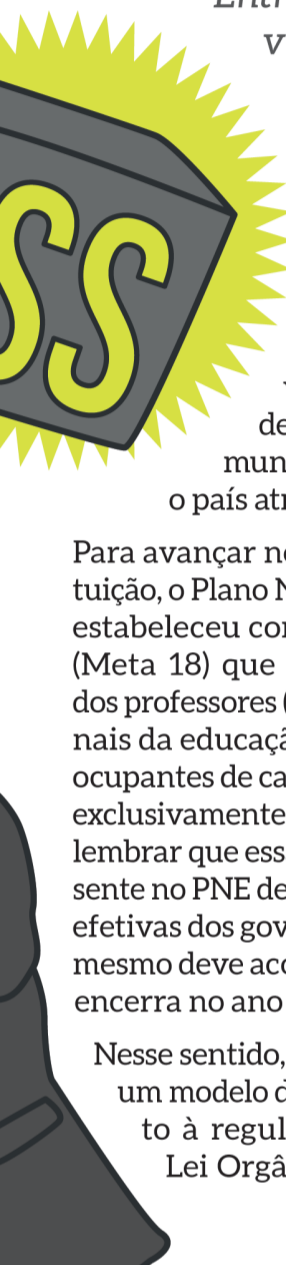


### ALTA ROTATIVIDADE DE PROFESSORES NAS ESCOLAS

Fragilização dos vínculos sociais e afetivos.  
Enfraquecimento do trabalho docente pelo rodízio.

# AÇÕES DOS GOVERNOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO VÃO CONTRA AS POLÍTICAS ESTABELECIDAS PELO PNE

*Entre as capitais, Belo Horizonte é modelo de política no que diz respeito à regularidade no vínculo, mas a proposta de Charles Martins pode mudar isso.*



A contratação exclusiva de professores por concurso público é uma determinação da Constituição Federal de 1988, presente em seu artigo 206, inciso V. Mas que vem sendo constantemente desrespeitada pelos governos municipais e estaduais de todo o país através dos anos.

Para avançar no cumprimento da Constituição, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu como uma de suas 20 metas (Meta 18) que até 2017, ao menos 90% dos professores (e 50% dos demais profissionais da educação) da rede pública fossem ocupantes de cargos efetivos, com ingresso exclusivamente por concurso público. Vale lembrar que essa meta também estava presente no PNE de 2004/2014, mas sem ações efetivas dos governos, não foi cumprida. O mesmo deve acontecer neste plano, que se encerra no ano que vem.

Nesse sentido, Belo Horizonte deveria ser um modelo de política no que diz respeito à regularidade no vínculo, pois Lei Orgânica do Município proíbe

a contratação, de forma temporária ou permanente, de profissionais da educação sem concurso.

Portanto, a proposta de Charles Martins vai na contramão da meta que é aumentar o quantitativo de concursados e não diminuir.

O concurso público e a estabilidade são mecanismos para a valorização dos profissionais da educação, que devem ser acompanhados de uma boa remuneração, formação e progressão na carreira. Entre as 20 metas do PNE, quatro delas (15, 16, 17 e 18) tratam da valorização e sem elas, todas as outras dezesseis metas não podem ser atingidas.

O que Charles pretende fazer em Belo Horizonte é um puxadinho na legislação, que a exemplo de outras capitais, afirma a exclusividade do ingresso por concurso público, enquanto insere incisos que permitem manter uma rede de professores temporários. Esta legitimação da contratação de professores temporários pode gerar efeitos destrutivos permanentes para a carreira docente pública.

A prática ainda pode levar a insegurança jurídica, pois em diversos casos, como

no estado de Minas Gerais, professores designados e em contratos temporários foram efetivados após recorrer à Justiça, criando, deste modo, uma nova categoria de trabalhador, além dos concursados e dos contratos temporários. A insegurança se estende também aos casos em que o poder público contrata mais trabalhadores temporários que os 10% permitido pelo PNE, nesses casos, alguns governos, como foi o caso do Pará, tiveram que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério público, para regularizar a situação.

Portanto, ao observar a realidade de outros estados e municípios, observamos que a contratação de professores em caráter temporário em lugar de concursos públicos, mesmo que inicialmente tenha o objetivo de suprir carências específicas, acaba trazendo diversos malefícios para a Educação. Ao criar um clima de competição entre pares, tanto na responsabilização pelos resultados, quanto na flexibilização salarial. O que favorece uma cultura mercantilista e neo-liberal da educação pública.

## VIA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS)



### AUSÊNCIA DE INCENTIVO A FORMAÇÃO CONTINUADA

Sem carreira e sem estabilidade, trabalhadores não são incentivados a fazer novos cursos e reciclagens.



### DIMINUI DRASTICAMENTE A QUANTIDADE DE DOBRAS DISPONÍVEIS

Com a possibilidade de contratar Professores com salários mais baixos. As dobras serão encaradas como um custo a ser evitado.



### AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA O EFETIVO DIREITO À EDUCAÇÃO

Só a organização dos trabalhadores para a luta pode garantir uma educação pública de qualidade!

# BOLETIM DA REDE

(31) 3226-3142

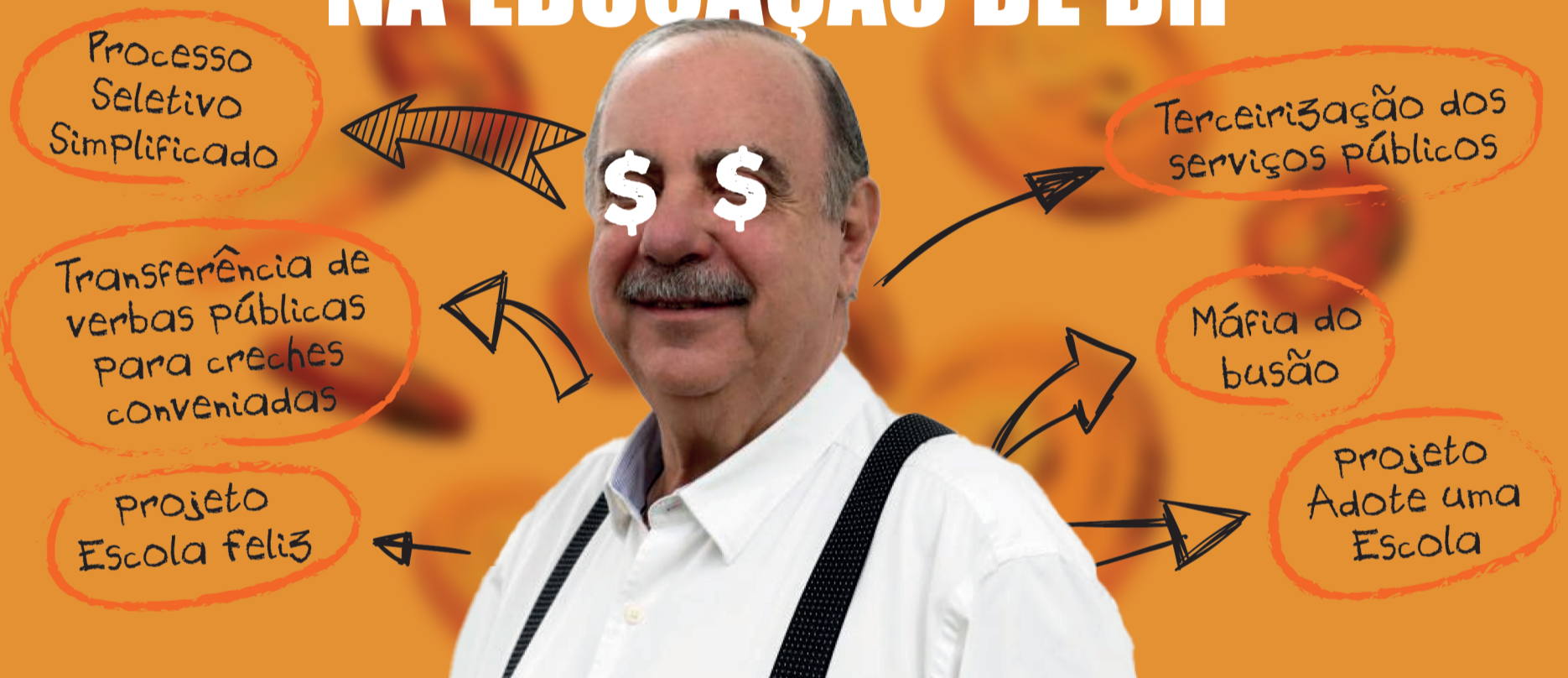
@sindrede

@sindredebh

sindrede.org.br

Uma publicação do Sind-REDE/BH

## PRECISAMOS BARRAR A POLÍTICA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO DE BH



### BELO HORIZONTE

Educação Infantil foi principal alvo das políticas neoliberais em belo horizonte

pág. B 2

### EDUCAÇÃO INFANTIL

Projetos neoliberais na Câmara Municipal ultrapassam limites entre o público e o privado na educação

pág. B 2

### NACIONAL

Achatamento salarial da Rede se intensificou no governo Kalil/Fuad

pág. B 3



**CONECTE-SE EM DEFESA DE SEUS DIREITOS!**

Participe dos Grupos de WhatsApp e fique por dentro das atividades e ações da luta dos trabalhadores em Educação de BH.

Escaneie o código QR abaixo referente a seu grupo usando a câmera do WhatsApp:



Educação Infantil



Ensino Fundamental



Terceirizados Caixa Escolar



Terceirizados MGS



A. Administrativos Educacionais



Aposentadas(os) da Rede

## ACHATAMENTO SALARIAL DA REDE SE INTENSIFICOU NO GOVERNO KALIL/FUAD

Quando a Lei do Piso Nacional do Magistério foi instituída, ainda em 2008, com o valor de R\$ 950, o salário de ingresso (com nível superior) do Professor da Rede Municipal era de R\$ 1.308,86, um valor 137,77% maior do que o estabelecido pela Lei. Porém, com o passar dos anos, os trabalhadores da Rede acumularam perdas, com reajustes sempre inferiores ao do Piso Nacional. Em 2016, o piso nacional alcançava o valor de R\$ 2.135,64, praticamente se igualando ao salário de ingresso da Rede (nível 10), que era de R\$ 2.144,53

Mas a coisa piorou drasticamente a partir de 2017, já no governo de Alexandre Kalil (PSD). Foi nesse ano que o Piso Nacional superou o salário de ingresso da Rede Municipal. Nos anos seguintes, Kalil e seu sucessor Fuad Noman aplicaram uma firme política de austeridade no que diz respeito aos reajustes salariais dos servidores da educação.

Uma tática de disciplina orçamentária que administra a Prefeitura de Belo Horizonte como se fosse uma empresa, atuando com o objetivo de obter lucros e não para oferecer o melhor serviço à população. A Gestão Kalil/Fuad tem garantido superávits orçamentários ano após ano e se utiliza dos achatamentos salariais dos professores para isso.

Enquanto o reajuste acumulado do Piso Nacional do Magistério foi de 365,32% desde a sua implementação, o salário de ingresso dos trabalhadores em Educação foi de apenas 146,68%. Em números absolutos, o piso nacional foi de R\$ 950 em 2008 para R\$ 4.420,55, em 2023. Enquanto o salário de ingresso da Rede Municipal foi de R\$ 1308,89 para R\$3.228,66, no mesmo período. Isso significa que o salário de ingresso corresponde a apenas 73,04% do valor do Piso Nacional do Magistério.

Para que o valor do Cargo de Professor Municipal, voltasse a ter a mesma relação inicial com o Piso Nacional do Magistério, seria necessário um reajuste sobre os valores atuais de 88,62%, passando o seu valor atual para R\$6.090,19.

Em outubro, a prefeitura apresentará a sua proposta econômica para o ano de 2024 aos servidores públicos. Por se tratar de um ano eleitoral, a campanha precisa ser fechada o quanto antes. Isso dá pouco tempo para a categoria se organizar para a luta. Por isso, é importante que os trabalhadores se apropriem destes números e se mobilizem para reivindicar um percentual que leve em consideração as perdas acumuladas nos últimos anos.

## HISTÓRICO DE DESVALORIZAÇÃO DO SALÁRIO NA REDE EM RELAÇÃO AO PISO



## PERDAS ACUMULADAS

Com reajustes muito inferiores ao do Piso Nacional da Educação, a carreira da Rede passou a ser cada vez menos atrativa. Mas esse processo se intensificou muito a partir de 2017, no governo Kalil/Fuad, quando o Piso Nacional superou o salário dos trabalhadores com nível superior na Rede. De 2017 pra cá a defasagem, que era de 4,44% em relação ao piso atingiu incríveis 26,96%.



Perdas acumuladas entre 2008 a 2016  
**4,44%**



Perdas acumuladas de 2008 a 2022 incluindo governo Kalil/Fuad  
**26,96%**  
 Em números reais  
**R\$ 2.861,23**

## DIFERENÇA EM NÚMEROS REAIS



## O QUE É NEOLIBERALISMO?

O neoliberalismo, teoria política formulada por Friedrich Hayek, surge logo após a II Guerra Mundial na Europa e na América do Norte, se desenvolvendo como o que seria uma reação contra o Estado intervencionista e de bem estar social, um ataque contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado. Tinha como objetivo central a concepção de que para a regulação social a desigualdade era necessária, “um valor positivo”, imprescindível para a contínua acumulação capitalista.

No neoliberalismo, o valor do ser humano para a sociedade é definido pelos seus hábitos de consumo. Por isso, ele é visto como cliente e não como um sujeito de direitos.

### DIRETRIZES DA POLÍTICA NEOLIBERAL:

- Restauração da taxa “natural” de desemprego;
- Contenção no orçamento com gastos sociais;
- Privatizações;
- Reformas fiscais (ricos pagando menos impostos, enquanto trabalhadores pagam cada vez mais);
- Incentivos fiscais aos detentores do capital, sob a justificativa de geração de emprego;
- Novas condições institucionais criadas em favor do capital.

## COMO ISSO AFETA A EDUCAÇÃO

A escola, construção burguesa que se impõe ainda hoje, assim como o próprio Estado, são instrumentos de controle para manutenção do sistema capitalista.

Por isso, ela reflete as escolhas políticas desse Estado burguês, que impõe uma lógica de mercado, visando substituir a concepção da educação pública como direito social para uma concepção de educação como mercadoria. A principal política dessa transformação se dá pela privatização da educação pública.

Esse processo não precisa necessariamente passar pela substituição das escolas públicas por escolas privadas, mas por políticas que aumentam a participação de entes privados na educação pública através de programas e políticas incentivadas pelo próprio estado.

## EDUCAÇÃO INFANTIL FOI PRINCIPAL ALVO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS EM BELO HORIZONTE

A gestão de Alexandre Kalil e seu sucessor Fuad Noman (PSD) à frente da PBH foi marcada por uma série de privatizações, concessões, e parcerias público privadas (PPPs). O principal alvo dessa política foi a Educação Infantil.

Desde a sua concepção, ainda no ano de 2002, as então Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) foram as primeiras experiências de PPPs da Educação no Brasil, construídas em parceria entre a PBH e a Inova BH, empresa que pertence ao grupo Odebrecht Properties.

Entre os anos de 2013 e 2016, ainda no governo Marcio Lacerda (PSB) foram construídas 46 Umeis e 5 Escolas Municipais de Educação Ensino Fundamental (Emefs) neste modelo. Mesmo após anos de contrato, e após a transformação das Umeis em Emeis, Kalil e Fuad mantiveram

a concessão administrativa e prestação de serviços não educacional com a Inova, o que representa quase um terço da Rede Própria sendo administrada por essa empresa privada.

Mas piora, durante os quase 7 anos de governo Kalil/Fuad nenhuma Emei foi construída. A política de expansão do governo do PSD foi marcada pela transferência da Educação Infantil para creches conveniadas, muitas delas ligadas a vereadores da cidade, com fortes indícios de troca de favores entre os entes políticos.

Segundo dados da própria Prefeitura, hoje existem 51 creches conveniadas na cidade. Esse crescimento demonstra uma clara substituição do serviço público, especialmente os berçários, que quase já não existem na rede própria da cidade.

## PROJETOS NEOLIBERAIS DA CMBH REDUZEM O LIMITE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO

*Projetos de Lei de autoria da vereadora Marcela Trópia (Novo) visam a transferência de recursos para Parcerias Públicos Privadas e a possibilidade de publicidade de empresas nas escolas.*

Desde a década de 90, os governos têm implementado políticas neoliberais na área da educação. Estados e municípios seguem a cartilha do neoliberalismo, reduzindo a participação do Estado nas políticas públicas e buscando constantemente parcerias com fundações, ONGs, empresas privadas e sociedade civil.

Em Belo Horizonte, a vereadora Marcela Trópia (Novo), apoiada por outros vereadores, se apresenta como porta-voz não oficial da mercantilização e privatização do ensino. Eles afirmam defender a educação, mas lideram campanhas que buscam criminalizar os professores e a escola pública.

Eles se empenham pessoalmente em criar canais para transferir recursos públicos para instituições privadas. Um exemplo disso é o projeto **Escola Feliz**, que visa garantir a continuidade e expansão de parcerias público/privadas e o Projeto **Adote**

**uma Escola** (PL 560/2023), que abre precedentes para a entrada de empresas privadas nas escolas, ao permitir que espaços educativos sejam utilizados como objeto de publicidade para empresas privadas.

Ao invés de pleitear recursos para aprimorar a educação, elevar os salários, valorizar os trabalhadores ou reduzir o número de estudantes por sala de aula, esses parlamentares promovem e incentivam cada vez mais parcerias com empresas privadas, cujo objetivo manifesto é mercantilizar a educação.

Para o Sind-REDE/BH, o financiamento da Educação deve ser 100% público, pois isso garante o controle social e autonomia nas escolas. É preciso resistir a políticas neoliberais que visam mercantilizar a Educação e garantir o direito à educação para todas e todos, com profissionais valorizados e sem dinheiro de empresas.